



**ACÓRDÃO Nº628/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11646/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Maternidade Dona Nazira Daou
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** José Menezes Ribeiro Júnior (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2645/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Maternidade Dona Nazira Daou. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. José Menezes Ribeiro Júnior, responsável pela Maternidade Dona Nazira Daou, no curso do exercício de 2015, com fundamento no art. 19, inciso II e art. 22, inciso II da Lei nº 2423/1996-LO/TCE c/c art. 5º, inciso II e art. 188, §1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao responsável, Sr. José Menezes Ribeiro Júnior, com fulcro no art. 24 da Lei nº 2423/1996-LO/TCE c/c art. 189, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.3. **Recomendar** à Maternidade Dona Nazira Daou:
  - 10.3.1. Manter a Declaração de Bens do Diretor da maternidade junto a sua pasta funcional, cumprindo, desta forma, a exigência contida no art. 266 CE/89 c/c art. 13, §1º ao 4º, da Lei nº 8429/1992, e art. 1º, inciso VII, da Lei nº 8730/1993;
  - 10.3.2. Evite as ausências de Licitações e Contratos com empresas de fornecimento de materiais e serviços tais quais



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº628/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

resultem em obrigações futuras, inclusive de assistência técnica;

10.3.3. Quando em 31/03, ao encaminhar a prestação de contas do exercício, junto aos autos as conciliações bancárias com as devidas baixas contábeis.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 13 de Junho de 2017

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral